



O TUIUTI

**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

280 anos da chegada do Brigadeiro José da Silva Pais a Rio Grande -100 anos da entrada do Brasil na I GM

ANO 2017

Março

Nº 199

AS ARMAS DE FOGO NA GUERRA DO PARAGUAI

***Vânia Carneiro de Carvalho, pesquisadora do Museu Paulista da USP
(Revista Hunter nº 2, Novembro de 1991) – Texto obtido por gentileza do Membro-
Efetivo Dr. Agamenon Vladimir Silva, grande incentivador da AHIMTB/RS.***

Sempre que se pensa em armas, quando se trata de abordar invenções, aperfeiçoamentos tecnológicos ou mesmo o seu papel em determinados acontecimentos históricos, a tendência tem sido ressaltar quase que exclusivamente aspectos descritivos e classificatórios do fenômeno. A arma e seu contexto de utilização acabam servindo apenas para a montagem de quadros evolutivos da história do próprio objeto.

Se por um lado, o procedimento classificatório, ao se restringir as características materiais do objeto, acaba por isolá-lo dos acontecimentos sociais, que lhe dão sentido, por outro lado, os historiadores preocupados com os fenômenos sociais de ordem econômica e política acabam por ignorar os aspectos materiais envolvidos nestes mesmos fenômenos, utilizando-os, quando muito, apenas como ilustração de problemas históricos.

Faz-se necessário, portanto, buscar uma nova dimensão nas abordagens tradicionais, explorando nos objetos aquelas características materiais que nos informam sobre diferentes formas de organização social e de padrões de comportamento.

A compreensão de uma peça de armaria e mesmo do fenômeno da guerra podem ser enriquecidos através da análise do circuito de produção/circulação/consumo do objeto, bem como das relações que este estabelece com o corpo do soldado. Neste caso, o modo de utilização de uma arma, suas qualidades físicas e técnicas nos permitem entender as diferentes formas de aplicação da força física humana como elementos de padrões corporais socialmente definidos, capazes de informar sobre o exercício do poder no nível celular da nossa sociedade.

Uma abordagem deste tipo pode ser aplicada às peças de armaria utilizadas na Guerra do Paraguai.

A Guerra do Paraguai, ou a Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, ocorrida durante o Segundo Reinado do Império Brasileiro, no período que vai de 1864 a 1870, possui diversos aspectos polêmicos.

A historiografia "oficial" caracteriza a guerra como uma iniciativa despótica do governo paraguaio de Solano Lopes que, desejoso de conquistar um acesso ao mar, procura criar alianças com grupos políticos de seus vizinhos republicanos os quais, de longa data, vinham alimentando antipatia pela monarquia brasileira. A guerra significa para o Paraguai uma tentativa de sair da estagnação vivida desde o início do séc. XIX. Ainda nesta linha, o Paraguai da década de 1860 é caracterizado como o país economicamente menos próspero da América Latina, porém com um significativo poderio militar.

Já entre os historiadores que ensaiam uma revisão da história dos países da América Latina neste período, a Guerra do Paraguai é pintada com as cores do imperialismo inglês, que, aproveitando-se das tensões existentes entre os países da Bacia do Prata, financia a Tríplice Aliança contra o único país que resistia em recorrer ao capital estrangeiro. Para estes historiadores a situação do país era bem outra: o Paraguai da primeira década do século XIX possuía uma economia autônoma em pleno crescimento e uma balança comercial com superávit. Contava com linha telegráfica, ferrovia, fábrica de materiais de construção, tecidos, papel, louça e pólvora. O país possuía frota mercante própria e a siderurgia bem como todas as demais atividades econômicas essenciais estavam nas mãos de um Estado nascido de uma longa ditadura, que lograra liquidar com o poderio da oligarquia paraguaia, assumindo a direção política e econômica do país.

A centralização do poder permitiu a organização de uma poderosa força militar e levou o país a tentar romper os entraves ao seu desenvolvimento econômico. Naturalmente, a garantia de um acesso ao mar passava a ser uma questão vital para o Paraguai.

À margem das disputas ideológicas e da disparidade de dados estatísticos sobre o conflito, a Guerra do Paraguai vai nos interessar na medida em que nos permite identificar uma nova racionalidade econômica que acompanha a utilização das armas de fogo.

A Guerra do Paraguai foi marcada pela predominância de armas de fogo, ao lado do uso secundário de lanças, espadas e baionetas. O Exército Brasileiro que, em relação aos aliados, foi o maior investidor, estava fortemente equipado com espingardas, carabinas e clavinas de diferentes fabricantes (Tower, Barnett, Pirlot Frères, Mordant, Desse-Ancion-Laloux, Collman, Withon-Brothers, Malherbe, Edward Lindener, etc.) e na sua quase totalidade do tipo Minié.

O Museu Paulista da USP (Museu do Ipiranga) possui uma significativa coleção de armas, entre as quais encontramos algumas utilizadas na Guerra do Paraguai pelos soldados brasileiros: fuzil Minié de fabricação belga, usado pelo Corpo Policial Permanente, clavinas Spencer, usadas no final da guerra pela cavalaria, revólveres com sistema Lefauchaux e um exemplar de revólver Girard também usado em campanha.

A introdução da arma de fogo no ambiente militar não significou apenas o aprimoramento de uma função abstrata de combater o inimigo. A arma de fogo, especialmente aquela de fácil portabilidade, provocou um redimensionamento da relação corpo-arma que, por sua vez, implicou em mudanças nas formas de organização militar e no nível de envolvimento de fatores técnicos e econômicos na determinação dos caminhos do combate.

Se compararmos o funcionamento da arma branca com o da arma de fogo poderemos entrever diferenças básicas. No conjunto armadura/espada a intenção é clara. Trata-se de aprimorar o corpo através da utilização de uma couraça de defesa de uma ponta aguçada que prolonga e fortalece o braço - aqui, a arma é concebida como extensão do corpo, como seu

complemento. A guerra com armas brancas é, portanto, uma luta corpo a corpo. A mecânica é simples, deixando o êxito no combate a cargo da destreza, coragem e força física do guerreiro. O padrão corporal em causa é orgânico, porque corpo e armas formam um conjunto único e inseparável, ficando a eficácia na luta totalmente vinculada a essa indissociabilidade.

Com a introdução das armas de fogo, que se definem pelo uso de explosivo sob alta pressão capaz de emitir um projétil, a luta corpo a corpo vai gradativamente cedendo lugar a uma luta à distância finalizada, é verdade, pela baioneta, uma versão simplificada da espada agora acoplada ao fuzil. O alargamento do campo de batalha implica em mudanças de estratégia de enfrentamento do inimigo. A arma branca passa a ser investida de valor simbólico e ritualístico, e é através dela que o Exército incorpora os sentidos de honra, de coragem e de poder. Ela será, portanto, exibida em comemorações e portada pelos oficiais de elite. O Sabre de honra de Oficial Superior, presenteado ao Coronel Francisco Antônio de Oliveira pelos oficiais do 7º Batalhão de Voluntários da Pátria em 1865, demonstra bem este novo tipo de utilização. Os brasões de família e as marcas pessoais dão lugar à emblemática do Estado e o trabalho decorativo serve para indicar os diferentes graus na hierarquia militar.

Se comparadas às armas brancas, as armas de fogo, especialmente os fuzis, clavinas, revólveres e suas variantes, são peças tecnicamente complexas, que exigem especialização no seu feitio. Não apenas a sua complexidade, mas o alto nível de disseminação que atingem pressupõem a padronização do objeto para a produção em série e seu uso em sociedades industrializadas ou inseridas no circuito de produção de mercadorias. A arma de fogo tende a ser um produto de massa.

O longo alcance do projétil, a portabilidade, a alta precisão e seriação destas armas modificam os padrões corporais estabelecidos pela arma branca. A arma deixa de ser uma extensão do corpo para tomar o seu lugar em termos de eficiência e rapidez. Quanto mais a arma se especializa, mais independente do corpo humano ela se torna. A este compete adaptar-se ao objeto e dominar o seu mecanismo autônomo.

O fuzil é uma peça exemplar para entendermos alguns aspectos destas mudanças. Quando a principal arma de fogo da infantaria era o mosquetão - lento, pesado e impreciso - não lhe restava outra possibilidade a não ser servir como uma grande parede compacta contra o inimigo. Com o fuzil, a unidade de base das estratégias militares passa a ser o soldado, que ganha mobilidade. A destreza do soldado volta a ser importante, porém deve estar submetida a uma rígida disciplina. Os manuais de utilização das armas de fogo prescrevem todas as sequências de posturas e de movimentos do corpo com o objeto. O adestramento do soldado não se reduz apenas a um problema de segurança e eficiência. A disciplina passa a ser um dos dispositivos de controle da nova escala de combate - o confronto individual é suplantado por estratégias de organização de massa.

A capacidade especialmente belga, inglesa e francesa na produção industrializada de armas possibilitou a alimentação contínua dos exércitos da Tríplice Aliança, que, por sua vez, tiveram que responder com a arregimentação de parte significativa da população. Será a duras penas que os soldados brasileiros, na sua grande maioria negros, terão que engrossar as fileiras de um Exército incipiente, desorganizado e sem nenhum prestígio. Era necessário enfrentar uma guerra de longa duração em território estrangeiro distante das bases nacionais. No transcorrer do conflito, o exército brasileiro começa a dispensar maior atenção à concessão de honras e regalias, de pensões por invalidez, de promoções por bravuras; ao pagamento de soldos; a reformulação e ampliação do sistema de recrutamento (organização dos corpos de Voluntários da Pátria, gratificações no final da guerra, concessão de terras das colônias militares, etc.),

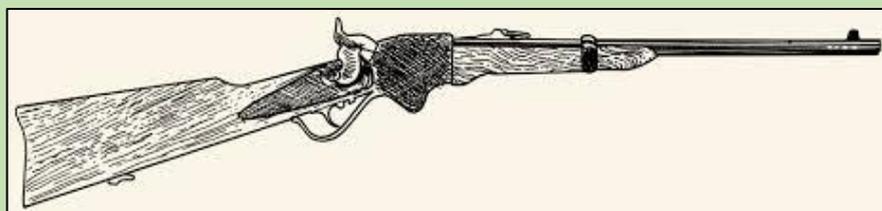
São vários os mecanismos forjados pela necessidade de controle de massa, que procuram criar signos de coesão e identidade dentro do exército. Um deles diz respeito ao fardamento dos soldados. Era corrente a preocupação em adotar uma indumentária pomposa e variada, marcando as diferenças na composição das tropas. Quando isso não era possível, devido às dificuldades de fornecimentos regulares durante os cinco anos de luta, procurava-se manter sinais mínimos de pertença ao grupo - a Guarda Nacional e os Voluntários da Pátria não chegaram a possuir um fardamento próprio, porém todos portavam na manga esquerda o emblema da coroa imperial sob uma fita com o dístico “Voluntários da Pátria”.

A nova escala de abastecimento das tropas em armas, munições, fardamentos, alimentação e transporte servem, por sua vez, como estímulo das atividades mercantis. Nesta espiral, o fôlego para a luta acaba sendo quase infinito, conduzindo ao massacre da população paraguaia e a enormes perdas nos quadros brasileiros.

Nesse sentido, é preciso lembrar que a produção industrializada de equipamentos militares agiliza a disseminação ampla e rápida das inovações tecnológicas, significando que o Paraguai só poderia sustentar uma guerra tão longa estando ele mesmo inserido no circuito internacional de produção e consumo de armas. Assim, as tropas de Solano Lopez puderam enfrentar o bloqueio imposto pelos aliados porque tinham saído na frente em termos de organização do exército, e de infraestrutura militar. O Paraguai possuía fábricas e arsenais montados e dirigidos por técnicos estrangeiros (Arsenal de Assunção, a Fundação de Ibicuí, a fábrica de pólvora de Itacurubi), adaptava velhas armas, inventou uma lançadora foguetes cohetera), e conseguia furar o bloqueio recebendo clandestinamente grandes quantidades de carabinas Minié, além das peças de armaria capturadas do inimigo, como por exemplo, 3.000 fuzis Minié de Liége recolhidos em Curupaiti, etc.

Na avaliação do historiador Gustavo Barroso, as armas paraguaias eram superiores ou iguais às brasileiras (fuzis Turner, Enfield, Withon-Brothers, espingardas prussianas de percussão, fuzis Minié, além das armas de pederneira Tower, Barnett, Brown, Bess e Kuhfuss), estimando-se em 40.000 o número de homens com armas de qualidade, além das pederneiras (Gustavo Barroso, 1930).

A Guerra do Paraguai consolida no Cone Sul, um novo padrão de combate em escala de massa que significa o disciplinamento do corpo militar, a institucionalização do Exército, o fortalecimento do Estado e a internacionalização dos conflitos militares. A arma de fogo, neste contexto, não representa apenas a face concreta e palpável da história, mas uma força ativa na criação, difusão e institucionalização de novos comportamentos sociais.



Clavina Spencer, ao lado.



Fuzil Minié, ao lado.



Pistola Barnett-London, ao lado.



Revólver Lefauchaux, ao lado. Abaixo, o Girard.



PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA II GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

NYLSON REIS BOITEUX

Coronel Reformado do Exército Brasileiro. Diplomado pela Escola de Comando e Estado-Maior. Mestre em Arte da Guerra. Doutor em conhecimentos e estudos militares.

No final do tributo imolado ao deus Marte na II Guerra Mundial, o Brasil colheu bônus e ônus. Apreciaremos os fatores a seguir:

(1) Geopolítico - Conseguimos expressão estratégica mundial. Comprovou-se a importância das ilhas oceânicas (ex.: Fernando de Noronha) e do saliente nordestino do Brasil - cognominado o "Trampolim da Vitória" - na guerra anti-submarjna e para as campanhas da China, Burma, Índia e da invasão do Norte da África e da Itália.

(2) Político - A Nação assimilou os ideais democráticos, não obstante as crises internas vividas pelo país até hoje. Queda da ditadura de Getúlio Vargas (1930/1945), e a conseqüente redemocratização com a promulgação da Constituição Federal (1946). Unindo-se às Democracias, o Brasil galgou invejável posição internacional.

(3) Econômico - O impacto da guerra sobre a nossa frágil economia se mostrou contraditório.

O Brasil perdera os antigos mercados europeus e não conseguiu manter os novos, voltando a ser o tradicional exportador de matéria prima. Fornecemos aos EUA e aos Aliados itens estratégicos, borracha, cristais de rocha e outros recursos indispensáveis ao esforço de guerra. O País beneficiou-se na paz, daquilo que utilizou na guerra: rádios, radares, aparelhos eletrônicos, da informática e de medicamentos: sulfa e penicilina. A implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ), colocou o país no grupo das nações industrializadas. Ela foi obtida mediante acordo com os EUA, concedendo-se a

utilização aos norte-americanos das bases aeronavais durante o período de guerra, existentes no Nordeste. As despesas com as Forças Armadas importaram em 361 milhões de dólares. A última prestação foi saldada em 1º de julho de 1954. Nesse montante está incluída a indenização do material bélico e de todo equipamento recebido pela FEB na Itália, de procedência norte americana.

O Brasil foi o único país a participar das operações de guerra que se viu excluído da "Conferência de Reparação de Guerra de Paris", deixando assim de receber qualquer indenização pelos prejuízos advindos durante o conflito, conforme acordado em alta-Potsdam.

(4) Militar - A II Guerra Mundial revelou o atraso das Forças Armadas para enfrentar um conflito moderno. O Exército ainda mantinha a doutrina defensiva, calcada nos moldes franceses do após I Guerra Mundial (1914-1918). E era, basicamente, hipomóvel. Armamento e equipamento já obsoletos.

A Marinha restringia-se aos velhos encouraçados "Minas Gerais" e "São Paulo", com mais de 30 anos de uso. Faltavam equipamentos para enfrentar a guerra anti-submarina. O restante da esquadra era antigo e não tinha condições de combater em moldes modernos.

A aviação militar, como força independente estava sendo estruturada. Existia a Força Aérea Naval (Marinha) e a Força Aérea Militar (Exército). Durante o conflito, as duas Forças foram fundidas, resultando a criação da FAB (Força Aérea Brasileira). A participação na Itália do Exército e da Força Aérea trouxe como consequência, a modernização dessas organizações que adquiriram experiência de combate o que dificilmente seria obtida em tempo de paz. A Marinha, operando com a Força Naval Americana do Atlântico Sul, recebeu navios de guerra novos, modernizando-se.

(5) Psicossocial - O povo e o governo despertaram para a valorização do homem brasileiro. Melhoraram-se as condições de vida; partiu-se para a redução dos altos índices de analfabetismo, o controle das endemias, diminuição da mortalidade infantil e da implantação do saneamento básico.

Conclusão final: A epopeia da FEB e da FAB na Itália faz parte da nossa História Militar e da própria Nacionalidade. Num esforço sobre-humano, e quase um milagre, fomos à Guerra e conseguimos superar o atraso bélico em que se encontrava o Brasil. As Forças Armadas, apesar de todos os óbices que enfrentaram na sua formação e nos combates na Itália lutaram com destemor cobrindo o Brasil de glórias.

A CONQUISTA DE CAIENA

NYLSON REIS BOITEUX

Coronel Reformado do Exército Brasileiro. Diplomado pela Escola de Comando e Estado-Maior. Mestre em Arte da Guerra. Doutor em conhecimentos e estudos militares.

A declaração de guerra de Portugal à França de Napoleão levou o Brasil à sua primeira ação militar externa em janeiro de 1809, ou seja, há 207 anos. Episódio heróico e pouco conhecido, a Conquista de Caiena consolidou-se por ordem de D. João, o Príncipe Regente, ao Governador do Pará para invasão da Guiana e de sua capital Caiena.

(Revista Verde-Oliva, Brasília, DF, Ano XLIII, nº 234, Out 2016)

INTRODUÇÃO

As fronteiras do Brasil já ultrapassaram o Oiapoque, estendendo-se até Caiena, a capital da Guiana Francesa. Após essa conquista, Caiena ficou subordinada ao Rio de Janeiro, por intermédio da Capitania do Pará. Isso aconteceu no tempo de D. João VI, que ordenou ao Governador do Pará, Tenente-General José Narciso de Magalhães e Menezes, organizar uma expedição, a fim de tomar a Guiana e Caiena, como represália aos franceses pela sua "expulsão" de Portugal.

A tomada de Caiena, episódio pouco conhecido da história pátria, aconteceu em janeiro de 1809, ou seja, há 207 anos. Caiena era um povoado pouco habitado, utilizado como presídio militar, mas que, pela sua posição estratégica, permitiria a França ampliar seus domínios na América do Sul. Todavia, defendê-la de um ataque vigoroso seria mais difícil, pois o apoio militar só poderia vir do outro lado do Atlântico, da França ou de Colônias francesas próximas.

COMPOSIÇÃO E MISSÃO DAS FORÇAS DE ATAQUE

A expedição luso-brasileiro-inglesa para a invasão foi organizada em três Forças. A missão da primeira era de apenas reivindicar os antigos limites portugueses na margem austral do Rio Oiapoque, deixando um "Destacamento de Ocupação", com o efetivo de 470 homens e uma bateria de Artilharia. Levava, ainda, um cirurgião e um capelão. Comandava a tropa o Tenente-Coronel Manuel Marques D'Elvas Portugal, que saiu do Pará em 27 de outubro de 1808, na escuna "General Magalhães", com os barcos "Vingança" e "Leão" e com mais três canhoneiras.

Com 346 homens, e sob o Comando do Major Manoel José Xavier Palmerim, a segunda Força partiu, em 21 de novembro de 1808, a bordo da esquadra formada pela corveta inglesa "Confiança" (Confidence) e por dois brigues de guerra portugueses. O comando das operações militares foi dividido. Coube a Chefia das Forças Terrestres ao Tenente-Coronel Manuel Marques D'Elvas Portugal e das Forças Navais ao Capitão de Mar e Guerra da Marinha Britânica James Lucas Yeo.

A terceira Força saiu de Belém em 25 de janeiro de 1809, em embarcações fretadas pelos comerciantes do Pará, levando a bordo 250 homens, que seria a reserva (ou reforço) da Força de Ataque Mista.

O ataque ocorreu no dia 6 de janeiro de 1809, quando a pequena esquadra ancorou na foz do Rio Aproague, ao sul de Caiena. Uma tropa de 300 homens, comandada pelo Capitão Inglês Yeo, desembarcou e iniciou a penetração na selva, assaltada por mosquitos e por outros insetos, temendo os animais silvestres, particularmente as cobras. Outra parte da força invasora transportava uma peça de Artilharia, utilizando o rio, em botes. O ataque surpreendeu os franceses. A Expedição Mista venceu. Morreram o capitão comandante dos franceses, o comandante dos fuzileiros da fragata inglesa e soldados de ambos os lados, fazendo-se 16 prisioneiros. O restante dos franceses evadiu-se para a selva.

Nos dois dias subsequentes, organizaram-se posições visando conquistar a "Fazenda de Colégio", sede do Governador e General Francês Victor Hugues, que era uma poderosa e

artilhada fortaleza. Depois de oferecida rendição ao Governador, o que foi recusado, o Capitão Yeo reiniciou o ataque com o apoio de uma peça de Artilharia. A resistência e as baterias francesas foram silenciadas. Senhor da "Casa-Grande", o Capitão Yeo mandou incendiá-la.

Na composição das tropas atacantes eram poucos os estrangeiros, somente alguns oficiais e praças nascidos em Portugal. Todos os demais tinham nacionalidade brasileira e, grande parte, oriundos da Província do Pará. Pela sua combatividade, os nativos mereceram um brilhante elogio do Comandante Português Manuel Marques.

No dia 9 de janeiro de 1809, foi ocupada Beau-Regard, posição estratégica que era a região de onde os invasores interceptariam toda a ligação de Caiena com o litoral. Não existiam Forças Navais Francesas para defender a Colônia, pois naqueles mares a Força Naval Inglesa era ativa e os franceses não teriam condições de enfrentá-la.

A CAPITULAÇÃO E SUAS BASES

No dia 10 de janeiro de 1809, renovou-se a proposta de capitulação. No dia seguinte, o Governador Victor Hugues aceitou e reuniu-se com o Comandante para acertar as bases de sua rendição. Antes, porém, foi realizado o desarmamento dos franceses e a devolução de seus escravos desertores das plantações, que haviam passado para o lado dos atacantes.

Em resumo, as bases da capitulação foram:

- os franceses saíam da Guiana com o seu material e com as honras de guerra em navios equipados pelos vencedores;
- os mesmos navios levariam os súditos franceses que preferissem regressar à pátria;
- os vencedores passariam recibo de tudo o que permanecesse em Caiena: arsenais, baterias etc;
- a Colônia continuaria a reger-se pelo recém-aprovado "Código de Napoleão; e
- as autoridades portuguesas se obrigariam a conservar as culturas de árvores e plantas finas de especiarias.

Após a capitulação ser aceita, as tropas do Tenente-Coronel Manoel Marques D'Elvas Portugal entraram em Caiena no começo de fevereiro, dando início a uma ocupação que iria se estender até novembro de 1817.

FINAL DA GUERRA - RECOMPENSAS E TROFÉUS

O Governador da Guiana, com seu Estado-Maior e acompanhantes, foi levado à França no navio de guerra "Infante D. Pedro", sendo Comandado pelo Capitão brasileiro Luiz da Cunha Moreira. O desembarque aconteceu no porto de Morlaix, em 20 de abril de 1809. Dessa forma, findou-se a epopeia da tomada de Caiena.

D. João VI, pelo êxito, concedeu promoção aos oficiais, um pecúlio às viúvas dos falecidos e, aos soldados, um distintivo de braço com a palavra CAYENNA. Uma medalha de prata dourada galardeou os bravos. Das bandeiras tomadas, umas foram para Igreja das Mercês, em Belém, e outras, colocadas na Catedral Metropolitana, no altar de Nossa Senhora da Victória, no Rio de Janeiro.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O evento foi um ato de larga visão política de D. João VI, evitando que os ingleses se apossassem da Guiana, que dificilmente seria restituída à França. O historiador naval inglês L. Clowes assim apreciou a expedição:

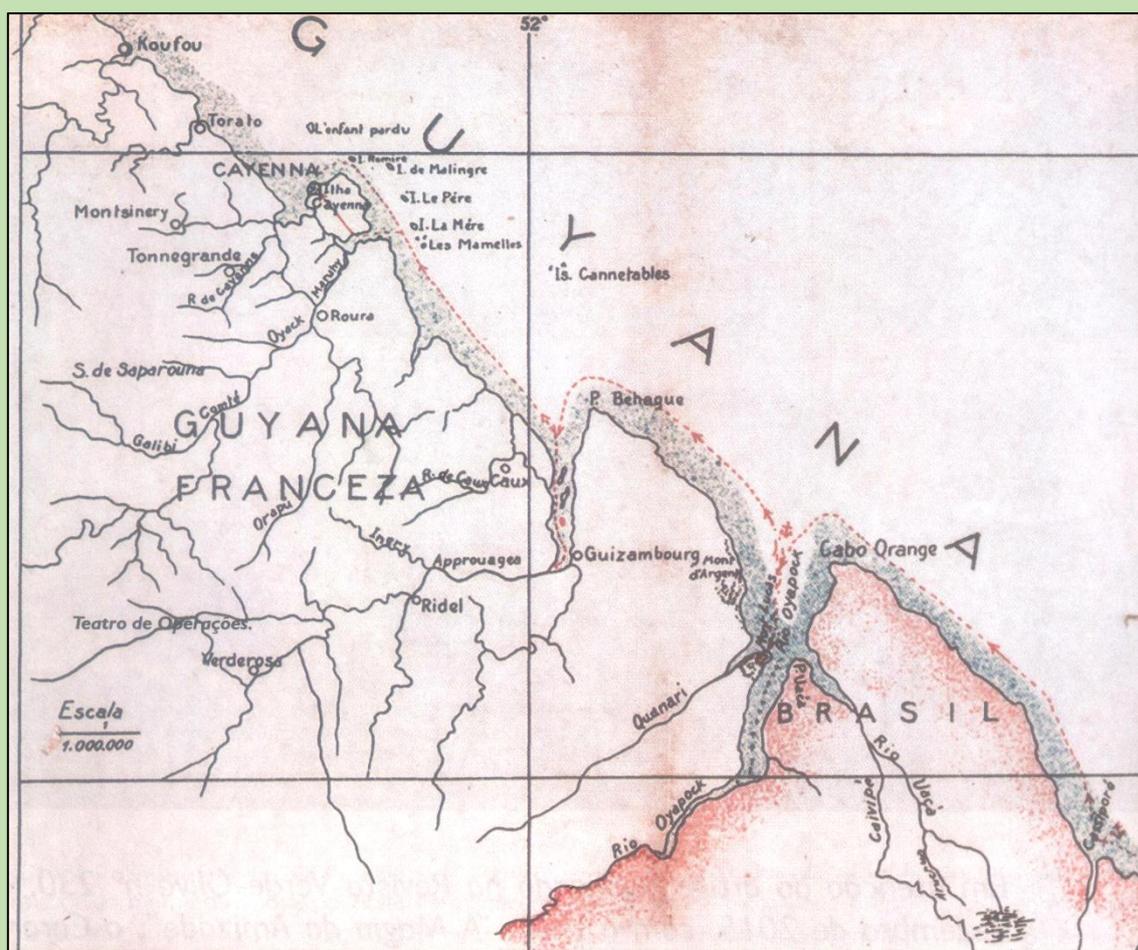
A Conquista de Caiena é um dos mais admiráveis exemplos de realização de uma grande empresa, levada a efeito com elementos inteiramente adequados".

O aparato bélico existente na Capitania do Pará era precário. Os soldados combatentes não tinham ciência de campanha, porém se comportaram com bravura e moral, compensando a precariedade do material usado nas ações.

Durante a ocupação portuguesa, foram introduzidos no Brasil: o abacateiro, a frutapão, a canforeira, a noqueira, o grape-fruit, o cravo-da-índia e a famosa Cana-Caiena, muito superior à nossa. D. João VI escolheu João Severiano Maciel da Costa, mais tarde Marquês de Queluz, para governar a Guiana que, no conceito dos franceses, fez excelente administração.

A Guiana retornou ao domínio francês em 21 de novembro de 1817, como consequência dos acordos do Congresso de Viena e da missão diplomática do Duque de Luxemburgo ao Rio de Janeiro, no ano anterior.

Abaixo, o esboço da Área de Operações da Guiana Francesa.



Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Coronel
AHIMTB/RS

lecaminha@gmail.com

Nossos sites:

www.ahimtb.org.br

e

www.acadhistoria.com.br